

A DINÂMICA DAS PAISAGENS RURAIS NO DISTRITO DE SANTA FLORA – SANTA MARIA – RS: ESPAÇO RURAL E NOVAS RURALIDADES

Carla Pereira Silveira

Mestranda em Geografia – UFSM
carlasilveira21@gmail.com

Janete Webler Cancelier

Doutoranda em Geografia – UFSM
janetewc@yahoo.com.br

César De David

Prof. Dr. do Departamento de Geociências – UFSM
cdedavid2009@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender as transformações socioespaciais decorrentes do processo de despovoamento dos campos e suas consequências sobre a paisagem rural do distrito de Santa Flora, situado no município de Santa Maria – RS. Para isso, buscou-se identificar as mudanças no modo de vida da população rural e compreender como se deu esse processo, suas causas e suas repercussões na qualidade de vida e na estrutura social da população que permaneceu no campo. As referências teóricas estiveram centradas nos conceitos de paisagem e lugar, espaço rural e cultura. Foram coletados e analisados dados obtidos nos censos do IBGE, em entrevistas e trabalhos de campo realizados no espaço rural do município. O esvaziamento do campo percebido neste trabalho permitiu a análise de uma nova configuração, com o passar do tempo, em diferentes paisagens no espaço estudado.

Palavras-chave: Paisagem; Êxodo Rural; Espaço Rural; Transformações socioespaciais.

THE DYNAMICS OF RURAL LANDSCAPES IN THE DISTRICT OF SANTA FLORA – SANTA MARIA – RS: PEASANTS SPACES AND NEW RURALITIES

ABSTRACT

This work aims to understand the socio-spatial transformations resulting from depopulation of the countryside and its consequences on the rural landscape of Santa Flora district, in the municipality of Santa Maria – RS. Therefore, we sought to identify changes in the lifestyle of the rural population and understand how this process was, its causes and its impact on the quality of life and social structure of the population that remained in the field. The theoretical references were centered on the concepts of place and landscape, countryside and culture. We collected and analyzed data obtained from the IBGE censuses, interviews and fieldwork conducted in rural areas in the municipality. The emptying of the field realized in this work allowed the identification of a new configuration over time in different landscapes in the studied space.

Keywords: Landscape; Rural exodus; Rural area; Socio-Spatial transformations.

Recebido em 05/10/2014
Aprovado para publicação em 29/04/2015

INTRODUÇÃO

Por meio desta pesquisa², analisam-se as mudanças ocorridas no distrito de Santa Flora, município Santa Maria – Rio Grande do Sul (RS), a partir do despovoamento dos campos, com ênfase nas implicações desse processo sobre a paisagem rural, muitas vezes, modificada pela modernização da agricultura e pelas novas ruralidades que estão, aos poucos, sendo inseridas no contexto das atividades que o campo hoje possibilita.

Atualmente, emerge uma atitude diferenciada em favor da manutenção dos ecossistemas, da defesa do patrimônio e da proteção dos espaços rurais. Contraditoriamente, assiste-se a profundas transformações que produzem o que Renard (2002) chamou de “desaparecimento das paisagens”. A aceleração dos ritmos, a mecanização, a multiplicação de usos e funções nos campos do Rio Grande do Sul fazem parte das “novas” dinâmicas que expressam e sintetizam as transformações globais no modo de produzir e de viver e que, contraditoriamente, aumentam a produção e a produtividade da agricultura ao mesmo tempo em que esvaziam os campos.

Como esse processo tem se desenvolvido no decorrer do tempo? A redução contínua e progressiva da população pode levar a mudanças qualitativas do rural? Que implicações podem-se perceber sobre a paisagem em decorrência das dinâmicas produtivas e da emergência de novas ruralidades?

O objetivo principal deste trabalho é compreender a dinâmica das paisagens rurais, no distrito de Santa Flora, município de Santa Maria – RS, com vistas a revelar a reestruturação das atividades produtivas que se desenvolvem no espaço rural, bem como a sua reorganização.

Para melhor compreender o fenômeno do despovoamento dos campos de Santa Maria, sob a perspectiva das transformações espaciais, é importante situá-lo no contexto dos conceitos que sustentam o entendimento dos processos básicos da funcionalidade de como o homem se relaciona com a natureza, como o espaço, o lugar, a cultura e a paisagem, bem como articular essa leitura à realidade empírica do espaço rural.

O artigo busca compreender a dinâmica socioeconômica e cultural do distrito de Santa Flora a partir da evolução histórica do local e das formas que os diversos atores sociais têm de produzir e vivenciar o espaço.

A ÁREA DE ESTUDO

O município de Santa Maria – RS está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul. Possui uma população de 262.368 mil habitantes, sendo que mais de 95% dela vive na área urbana (IBGE, 2014).

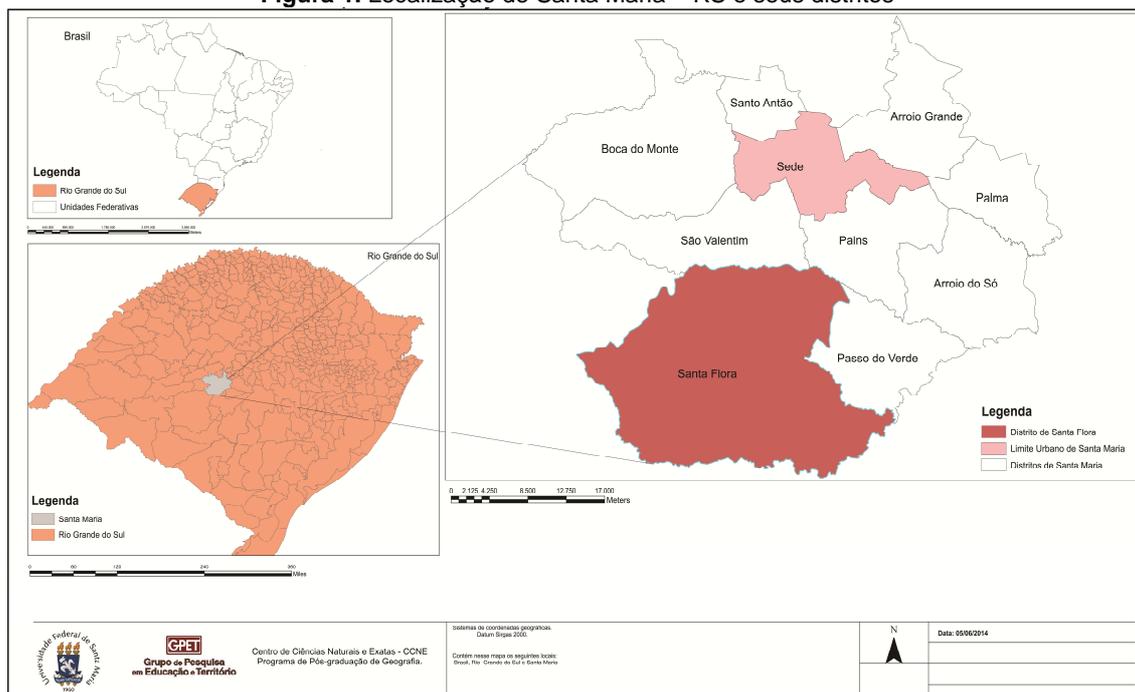
Em sua composição administrativa, o município é composto por dez distritos, sendo eles: a Sede, Arroio Grande, Palma, Pains, Passo do Verde, Santa Flora, São Valentim, Boca do Monte, Santo Antão e Arroio do Só.

Especificamente, a pesquisa foi desenvolvida no distrito de Santa Flora, como pode ser observado na Figura 1, o qual conta com uma população de 1263 habitantes, conforme a Prefeitura Municipal de Santa Maria (2014).

A chegada ao distrito de Santa Flora proporciona uma paisagem em diferentes tons de verde das plantações. O vaivém dos caminhões na esburacada estrada de chão e os silos de variados tamanhos indicam um local de intensa produção agrícola. Há até poucos anos, o local era mais conhecido pela produção de arroz, mas os tempos mudaram, e o que prevalece hoje é o cultivo de soja, a criação de gado e a produção de hortifrutigranjeiros (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2015).

² A pesquisa intitulada “A dinâmica das paisagens rurais no distrito de Santa Flora em Santa Maria – RS: espaços agrários e novas ruralidades” foi financiada pelo PIBIC CNPq e ocorreu no período de agosto de 2010 a julho de 2013 na modalidade de Iniciação Científica.

Figura 1. Localização de Santa Maria – RS e seus distritos



Fonte: Organizado pelos autores (2014).

MÉTODO

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa³. Para seu desenvolvimento, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo e as análises.

Realizou-se um levantamento bibliográfico para caracterizar a área de pesquisa. Posteriormente, coletaram-se dados de fonte secundária, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censos agropecuários e demográficos. Após a análise dos dados, as informações obtidas foram representadas em tabelas e gráficos e foram interpretados os resultados.

Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas dirigidas a 14 sujeitos do campo e seus representantes no espaço rural do distrito de Santa Flora, município de Santa Maria – RS. A amostragem se caracteriza por ser de cunho não probabilística e selecionada pelo critério da acessibilidade.

As entrevistas ocorreram de forma direta, com questões abertas e fechadas, e seguiram um roteiro determinado de questões as quais procuravam conhecer o acelerado processo de despovoamento dos campos do distrito de Santa Flora, Santa Maria – RS.

A amostragem englobou⁴, essencialmente, agricultores familiares caracterizados por possuírem pequenas propriedades⁵. Procurando entender os sujeitos do campo do distrito de Santa Flora, utiliza-se o conceito de agricultura familiar utilizado por Lamarche (1993, p. 15), como “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Lamarche, em suas análises, evidencia que a agricultura familiar ocupa um espaço significativo em todo o mundo, pois está presente nos mais diferentes sistemas sociais,

³ Por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também se constitui em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises. (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 282).

⁴ Cabe destacar que a amostra não englobou nenhum representante da categoria: sindical, líder comunitário, agentes de assistência técnica, agricultores assentados da reforma agrária e agricultores patronais.

⁵ Considera-se, neste estudo, pequena propriedade aquela que possui área entre um e quatro módulos fiscais (BRASIL, 1993).

culturais, econômicos e políticos, dessa forma, sendo considerada uma realidade multiforme com grande diversidade de situações e categorias.

No distrito de Santa Flora, essa diversidade se manifesta haja vista que, nesse espaço, estão presentes agricultores familiares nas mais diferentes situações. Entre eles, os capitalizados, que empregam mão de obra permanente, os que são muito dependentes da mão de obra da família, os que plantam somente para a subsistência da família e os que contratam mão de obra eventualmente.

Dos 14 sujeitos entrevistados, 11 são considerados agricultores familiares, dois entrevistados residem e trabalham na distribuidora de alimentos Marzari e um se caracteriza por ser um morador comum, pois não realiza nenhum tipo de atividade no campo.

A técnica da entrevista mostrou-se como uma ferramenta eficaz na elucidação de quem são os sujeitos entrevistados. Através dela, constata-se que dois entrevistados se dedicam exclusivamente à produção de soja, dois plantam soja juntamente com a prática da policultura, um se dedica à criação de gado de corte, um planta soja e cria gado de corte e cinco entrevistados produzem variados tipos de alimentos para o consumo e vendem o excedente em feiras e mercados locais.

No que se refere ao tempo em que esses sujeitos praticam suas atividades agropecuárias, fica evidente que, ao longo dos anos, os agricultores do distrito Santa Flora vêm alterando sua produção de acordo com os contextos sociais e econômicos em que estão inseridos. Atualmente, para os sujeitos entrevistados, a produção da soja e a criação do gado de corte vêm ganhando espaço, transformando as paisagens do distrito.

Esse processo pode ser compreendido como uma tendência, visto que o distrito de Santa Flora responde por cerca de 68% da produção de soja do município e 10% da produção de gado de corte. Outrora, o distrito se caracterizava pela predominância na produção de arroz (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2015).

Assim, acredita-se ser possível contribuir para o entendimento de questões relativas às transformações econômicas e culturais que se apresentam como marcas na paisagem frente ao dinamismo do espaço rural do distrito de Santa Flora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CULTURA, O ESPAÇO E O LUGAR: AS TRANSFORMAÇÕES DAS PAISAGENS RURAIS

Todos os povos e todas as sociedades possuem sua cultura particular, desde as mais tradicionais até as mais modernas, em que os saberes são transmitidos pelas gerações sucessivas. A cultura, segundo Claval (1999, p. 61), “é uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela modela os indivíduos e define o contexto da vida social que são ao mesmo tempo os meios de organizar e de dominar o espaço”. O autor afirma, ainda, que “a cultura institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos” (ibid.).

Durham (1984) também enfatiza que a cultura é um patrimônio coletivo, no entanto, o acesso de grupos e classes sociais a esse patrimônio é diferencial, assim, são diferentes as contribuições dos diversos segmentos da sociedade. Nesse artigo, procura-se entender a cultura como resultante das manifestações produzidas por diferentes grupos sociais em um determinado espaço/tempo.

Já a função do espaço para as pessoas é influenciada pela percepção e compreensão de que elas possuem do lugar onde vivem, pelo valor das atividades realizadas, pelo gosto de viver e interagir, cada um de sua maneira, com o meio natural e a realidade social, percebidos, principalmente, por meio das relações de trabalho, lazer, de permanência e convívio. Dessa forma, vamos conceber o espaço como o meio, o lugar material dos eventos (SANTOS, 1993).

Segundo Santos (2008), é importante não confundir localização e lugar. O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. Lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo de um lugar. Para a Geografia, o lugar adquire significado, deixando de ser compreendido apenas como um espaço produzido, ao longo de um

determinado tempo, pela natureza e pelo homem, mas passa a ser visto como uma construção única, que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o produzem e o habitam.

Os espaços humanizados superpõem múltiplas lógicas: eles são em parte funcionais, em parte simbólicos. A cultura marca-os de diversas maneiras: modela-os de através das tecnologias empregadas para explorar as terras ou construir os equipamentos e as habitações, molda-os através das referências e os valores que dão às sociedades as capacidades de estruturar os espaços mais ou menos extensos e explicam o lugar atribuindo as diversas facetas da vida social; ajuda enfim conhecê-los através das representações que dão um sentido ao grupo ao meio em que vive e ao destino de cada um. Desde que se queira compreender mais precisamente a marca que os homens criam na superfície da Terra, convém considerar a maneira como a sociedade está organizada, a natureza dos atores que aí estão presentes e os direitos de que dispõe (CLAVAL, 1999, p. 296).

Pode-se conceituar espaço como sendo um objeto social em processo de transformação constante. A sociedade não age fora dele, pois, para compreender essa categoria, precisa-se aprender qual sua relação com a sociedade. Esse espaço em que vivemos, participamos e assistimos transforma-se gradativamente ou mesmo rapidamente em uma nova configuração. Para Santos:

A produção do Espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem e a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (SANTOS, 2008, p. 70).

Assim como a sociedade vive em constante transformação, a paisagem também se transforma, pois cada nova forma de trabalho, cada nova configuração do território muda, também, as formas de interpretação da paisagem. Desse modo, concordamos com Santos quando afirma:

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições, a lógica pela qual se faz um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai se tornando cada vez mais complexo, exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através das novas técnicas, vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso o entendimento do fato geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos. (SANTOS, 2008, p. 74).

A paisagem é um conceito fundamental para a interpretação geográfica visto que as transformações em curso no espaço rural de Santa Maria – RS e no distrito de Santa Flora evidenciam-se na dinâmica da paisagem onde se materializam. A paisagem rural transforma-se, no decorrer do tempo, em virtude das condições socioeconômicas que configuram novas formas de produzir, trabalhar e viver no campo. É uma representação das diversas formas que expressam as marcas deixadas pela sociedade no espaço, no decorrer do tempo. É, portanto, também, a herança de muitos diferentes momentos, pois a paisagem não se cria de uma só vez, e sim por um conjunto de criações e desconstruções, subtrações e acréscimos.

Pode-se, ainda, interpretar a paisagem como o resultado da relação sensível das pessoas com seu entorno percebido e vivenciado. Com isso, pode-se dizer que a paisagem é um elemento de afinidade e identidade territorial, e manifestação dos variados lugares do espaço geográfico.

O patrimônio sociocultural, o apego à terra, à vizinhança, ao espaço onde nasceu e cresceu, identificam o sujeito do campo com o espaço rural e atuam diretamente sobre as decisões tomadas pelo grupo familiar. Muitos agricultores, principalmente os mais idosos, não se imaginam em outro espaço que não seja o rural. Dessa forma, o campo, antes de ser um espaço de reprodução econômica, é um espaço de convívio, onde as relações sociais se estabelecem.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS REFLEXOS SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

Diversos autores, ao longo do tempo, têm se interessado pelo estudo da agricultura familiar. Entre outras questões, esses estudos buscam demonstrar a importância desses produtores para o Brasil, assim como as dificuldades historicamente colocadas nesse segmento.

Hoje, o debate está mais do que nunca presente na cena internacional. Lamarche (1998, p. 17) destaca que “as questões em torno da agricultura familiar, longe de aparecerem como situações pontuais e localizadas, alcançaram uma dimensão universal”. Os estudos relacionados às dinâmicas que movimentam o espaço rural sempre estiveram presentes em estudos acadêmicos e debates políticos.

Para compreender as mudanças ocorridas no espaço agrário brasileiro, é necessário estar ciente das nuances que envolvem esse espaço. Segundo Oliveira (1995, p. 26), “a análise deve se feita no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção a nível mundial”. Desse modo, as mudanças em curso são da natureza global e geral: “Global por não se apresentar como um fenômeno localizado e geral por atingir toda a base do padrão tecnológico produtivista desenvolvido desde o Pós-Segunda Guerra” (ROMEIRO, 1998, p. 120). Segundo Romeiro (ibid.), “tratam-se de transformações nas políticas agrícolas, no comércio internacional, nas bases científicas e tecnológicas, nos padrões de consumo, na organização da pesquisa e nos próprios mercados agrícolas”.

As mudanças acentuaram o caráter heterogêneo dos espaços rurais. No interior de cada país e de cada região existe, “em proporções maiores ou menores, uma gama de estruturas agrárias, de formas sociais de produção, de sistemas produtivos com níveis tecnológicos distintos, evocando padrões de agricultura dos mais primitivos até os mais modernos.” (CABRAL, 2004, p. 2).

Alves (2000, p. 39) coloca que o processo de transformação da base técnica da agricultura brasileira “atinge seu ápice em meados dos anos de 1960, quando inicia uma nova fase, conhecida como industrialização da agricultura”. De acordo com o autor, nesse período, ocorrem mudanças significativas no setor agrícola brasileiro, e o “capital passa gradativamente a libertar os produtores das condições naturais dadas, desse modo, se a terra é fraca, aplica-se corretivos químicos para torna-la fértil, se a área de cultivo é seca, investe-se em irrigação.” (ibid.)

O Brasil, ao adotar o projeto modernizante, tinha como objetivo aumentar os ganhos em produtividade através da incorporação de novos fatores de produção, competindo no mercado externo, além de integrar o campo ao setor industrial. Com esse processo, abandonaram-se as formas tradicionais de produção em detrimento de uma agricultura baseada na mecanização e no uso intensivo de fertilizantes químicos (CANCELIER, 2006). Por sua vez, o padrão de crescimento agrícola adotado no Brasil provocou graves consequências sociais, econômicas e ambientais tanto no meio rural quanto no urbano.

Na década de 1970, acelerou-se o processo de modernização da agricultura brasileira e as mudanças tornaram-se mais significativas. Através da “implementação de um conjunto de medidas de política agrícola, o Estado colocou-se como viabilizador das transformações que se desenvolveram no campo” (GRAZIANO, 1999, p. 161). O processo ocorreu de forma parcial e desigual, atingindo somente algumas regiões e determinados tipos de produção. O principal instrumento utilizado para promover as transformações no campo foi o crédito subsidiado. No entender de Martine,

[...] a distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente, as maiores propriedades em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, para produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Em decorrência, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços baixos. (MARTINE, 1990, p. 6).

Esse modelo de agricultura atingiu diretamente os produtores familiares, cujas mudanças impostas não foram absorvidas por aqueles que não dispunham de capital suficiente para

modernizar sua propriedade. O fato de a modernização ter se centrado no amplo emprego de máquinas e de insumos de origem industrial trouxe consigo um requisito de recursos financeiros não atingido pela grande massa de agricultores familiares do País. Igualmente, concentrou terra e renda nas mãos de poucos, agravando as disparidades regionais entre as áreas rurais.

Conseqüentemente, as novas formas e dinâmicas sociais da agricultura elevaram os padrões de desenvolvimento, não estando acessível a todos os agricultores e, em especial, aos agricultores familiares. Esse processo estabeleceu um movimento de exclusão, principalmente, dos agricultores menos capitalizados (CANCELIER, 2007).

As profundas transformações ocorridas na agricultura e no espaço rural brasileiro “traduziram-se numa parcial e setorializada modernização produtiva, no esvaziamento populacional deste espaço e em novas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais” (FERREIRA, 1998, p. 19). Esses processos de transformação ultrapassam o meio rural, estendendo-se a toda sociedade.

Martine (1987) evidência que o grande responsável pelo despovoamento do rural no Brasil foi o processo de modernização da agricultura, visto que possibilitou a penetração das formas capitalistas de produção agrícola no meio rural, com viés excludente e explorador:

A emigração do campo mais intensa não começou no nordeste ou nos outros Estados mais pobres, mas sim, nas regiões de maior desenvolvimento. Evidentemente, o forte êxodo rural dos tempos modernos se iniciou nas regiões onde o processo de mecanização do campo ocorreu primeiro e de forma mais intensa. (MARTINE, 1987, p. 63).

Todavia, é importante perceber que, conforme Graziano (1999, p. 142), “o agricultor familiar não é independente, nem está desconectado do circuito global do capital, ao contrário encontra-se de diversas formas subordinado a esse circuito”. Segundo o autor (ibid.), as “transformações impostas pelo desenvolvimento do capital na agricultura brasileira operam no sentido de tornar as unidades familiares cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado”. Essa dependência se apresenta em vários níveis, como:

Na obtenção dos seus meios de vida; na compra de suas mercadorias, instrumentos de trabalho e terra; na venda de suas mercadorias em grau crescente; no financiamento de seus gastos correntes e investimentos; no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar. (GRAZIANO, 1999, p. 142).

Fica evidente que a agricultura familiar tem papel relevante dentro da economia capitalista, atua sob diversas formas, desde a produção de hortifrutigranjeiros até o fornecimento de matérias-primas para as indústrias de transformação. No caso brasileiro, a reprodução da agricultura familiar sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores pela garantia do espaço necessário a sua sobrevivência.

No entanto, apesar dos obstáculos, a agricultura familiar ainda persiste em diversos lugares, e o distrito de Santa Flora município de Santa Maria – RS é um exemplo dessa persistência. A exploração familiar “transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive” (LAMARCHE, 1993, p. 23).

Em termos gerais, a agricultura familiar permanece como um setor importante da agricultura, mesmo nos países de capitalismo mais avançado, apesar de todo o processo de transformação. Além disso, o rural vem assumindo novas funções em termos de uso da terra, vem apresentando novos agentes, novos atores vêm atuando no espaço e novas formas de inserção ao mercado tem sido percebidas. O espaço rural e os agricultores se transformam a todo o tempo, novas ruralidades e arranjos socioespaciais vão surgindo com as mudanças.

A perspectiva que impomos nesta discussão é a de que houve um processo de ressignificação das próprias funções sociais do rural, tendo em vista a incorporação de novas funções, além da produção agrícola, tais como o turismo e a industrialização dos produtos agrícolas, como aponta Wanderley (2000). Portanto, na contemporaneidade, o espaço rural não é mais sinônimo de agrário, mas sim multifuncional.

Ademais, o rural vem assumindo outras funções em termos do uso da terra. Novos agentes e atores vêm atuando no espaço rural, e novas formas de inserção ao mercado têm sido percebidas. No caso da agricultura, o fenômeno se expressa nas mais variadas formas de agricultura familiar “integrada à dinâmica econômica da agroindústria e do agrobusiness, bem como se expressa nas formas sociais identificadas como agricultor em tempo parcial, de pluriatividade, ou dupla vinculação rural e urbana” (MOREIRA, 1998).

Diante do exposto, há de se entender que o rural não possui uma essência a-histórica, mas uma essência que muda no tempo, como bem exemplifica Wanderley (2000). A autora chama a atenção para o fato de que está ocorrendo o estabelecimento de um novo rural, com novas características, novas formas de se relacionar com o meio, mais aberto à sociedade e com novas configurações de organização interna; um espaço no qual se territorializam e se manifestam, além das atividades agrícolas, atividades ligadas aos mais diversos segmentos, entre elas: turismo, lazer, descanso, agroindustrialização, etc.

AS PAISAGENS RURAIS EM SANTA MARIA – RS

O espaço rural de Santa Maria é um espaço heterogêneo, pois comporta uma diversidade de atores sociais. Materializam-se, no espaço, a pequena propriedade⁶, a média propriedade e a grande propriedade. Cada tipo de propriedade possui especificidades que as diferenciam entre si. A complexidade de realidades existentes dentro do espaço geográfico está evidenciada nas características distintas presentes no território. Nesse município, o módulo rural que corresponde à área mínima necessária para promover o sustento de uma família é equivalente a 22 hectares.

Para se efetuar a comparação da estrutura fundiária do município com a do estado, dividiram-se os estabelecimentos, de uma forma ampla: pequenos estabelecimentos, em geral, com menos de 100 hectares; médios estabelecimentos, que, geralmente, possuem mais de 100 hectares e menos de 500, sendo que, nesse extrato, frequentemente, situam-se os estabelecimentos tipicamente capitalistas; e os grandes estabelecimentos latifundiários, superiores a 500 hectares. A maior parte dos estabelecimentos rurais de Santa Maria encontra-se na faixa de até 100 hectares, o que corresponde a 2.033 unidades, como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1. Estrutura Fundiária de Santa Maria – RS

Classificação dos estabelecimentos (Ha)	Número de estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos em hectares
Até 10	798	3.131
10 a 20	430	5.915
20 a 50	518	16.029
50 a 100	287	19.767
100 a 200	142	19.195
200 a 500	101	30.105
500 a 1000	37	26.017
1000 a +	12	26.366
TOTAL	2.325	146.125

Fonte: Adaptado IBGE (2006), organizado pelos autores (2014).

De acordo com os dados do IBGE (2006), do total de 2325 estabelecimentos rurais, 1798 são considerados familiares. Praticamente 76% dos estabelecimentos presentes no espaço rural de Santa Maria – RS são constituídos essencialmente por agricultores familiares.

No distrito de Santa Flora, ocorre o predomínio das pequenas propriedades rurais, fato confirmado com a pesquisa de campo, em que se verificou que 55% dos agricultores familiares pesquisados possuíam entre 10 e 50 hectares e 45% possuíam entre de 1 a 10 hectares.

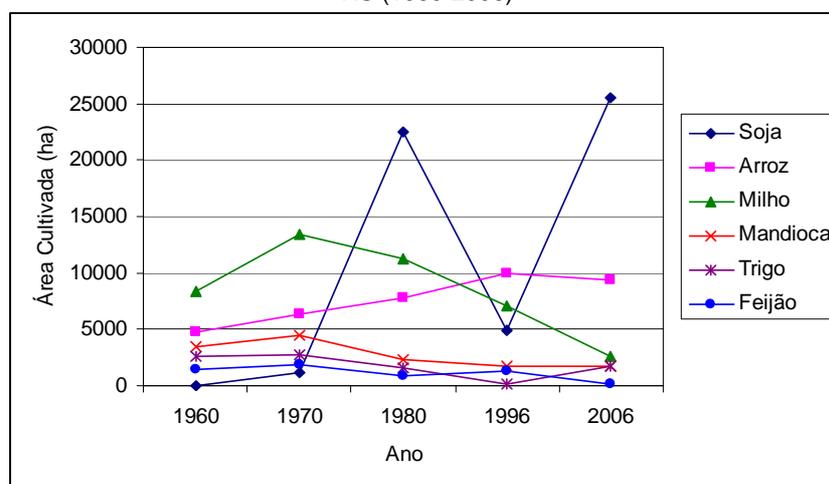
⁶ Pequena propriedade é aquela que possui área entre um e quatro módulos fiscais. Média propriedade, aquela que possui área superior de 4 a 15 módulos fiscais. Grande propriedade, aquela que possui mais que 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993).

Por sua vez, o aumento no número dos pequenos estabelecimentos e, conseqüentemente, dos pequenos produtores rurais, demonstram a presença da minifundização⁷ dos estabelecimentos rurais no estado do Rio Grande do Sul. Esse processo é motivado, principalmente, pela subdivisão das propriedades agrícolas ocasionada pela herança.

Apesar do contínuo decréscimo da população rural e da rápida elevação das taxas de urbanização, pode-se constatar que, em Santa Maria, a agricultura está assentada na força de trabalho familiar. O tipo de mão de obra utilizada na produção do distrito de Santa Flora é familiar, em que 78,6% dos entrevistados relatam não utilizar outro tipo de mão de obra, pois a pouca quantidade de terra que possuem não justifica a contratação de mão de obra externa.

Os cultivos que predominam no espaço rural de Santa Maria, segundo dados obtidos através da pesquisa e do censo agropecuário, são a produção de soja, arroz, milho, mandioca, trigo e, com menor produção, o feijão, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2. Áreas cultivadas com soja, arroz, milho, mandioca, trigo e feijão em Santa Maria – RS (1960-2006)



Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1960, Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1996, 2006. Organizado pelos autores (2014).

A soja é o cultivo mais presente no campo de Santa Maria tanto em área quanto em produção. Ao longo dos anos, vem ocorrendo a ampliação desse cultivo, principalmente a partir de 1980, com a reestruturação dos processos produtivos. No distrito de Santa Flora, esse processo se amplia e se materializa, também, com o arrendamento de terras. Os agricultores familiares que possuem pouca terra ou almejam aumentar sua produção arrendam terras dos grandes proprietários. Essa ampliação tanto em área quanto em produção é motivada pelo mercado e pelo valor da soja.

Já o cultivo do arroz foi introduzido no estado do RS em meados do século XVIII, com o início da colonização açoriana, quando era cultivado como produto de subsistência. A colonização alemã também cultivava o arroz para consumo familiar, mas, a partir de 1842, o excedente produzido passou a atender o mercado regional. Atualmente, essa cultura não se apresenta mais de forma expressiva, perdendo, diariamente, espaço para os cultivos de soja.

No que se refere ao emprego da técnica, fica evidenciado que o meio utilizado para que a agricultura pudesse cumprir o papel a ela destinado no conjunto da economia nacional, ou seja, aumentar a produtividade, foi a utilização da mecanização e de insumos modernos produzidos pela indústria. Quanto ao nível de mecanização, a sua análise permite apreender a substituição do trabalho humano pelo trabalho mecânico, que demonstra maior utilização de capital e de tecnologia.

⁷ São considerados minifúndios as propriedades que possuem área inferior ao módulo fiscal. O módulo fiscal é uma medida expressa em hectares, fixada em cada município, que considera o tipo de exploração predominante do município e a renda obtida com a exploração predominante. Em função das atividades desenvolvidas em Santa Maria, um módulo fiscal corresponde a 22 hectares (INCRA, 2012).

Os incentivos dos mercados internos e externos e a política governamental em favor da lavoura exportadora, juntamente com a isenção de impostos, os aumentos dos prazos de financiamentos e a redução de juros foram responsáveis pelo crescimento da mecanização. Constatou-se o aumento do uso de tratores nas lavouras de Santa Maria. No ano de 1960, eram 183 tratores utilizados nos campos e, em 2006, o número de tratores já alcançava 5.650 máquinas, um aumento de, aproximadamente, 500%.

Quanto à mecanização das propriedades pesquisadas, 7,1% dos entrevistados relatou que possui trator, semeadeira, colheitadeira e graneleiros, e 50% dos entrevistados somente possuem tratores. Esse fato confirma a mecanização do campo em Santa Maria, porém, com modestos equipamentos, por se tratarem de pequenas propriedades, na sua maioria. Contudo, o processo de mecanização do campo não ocorre de forma contínua.

Nesse processo, constata-se diferentes pensamentos e sentimentos entre os moradores do campo, sendo o sentimento mais marcante destacado por eles o de desilusão de morar no campo. As dificuldades enfrentadas pelos moradores de áreas rurais relacionam-se, em grande medida, ao avanço das tecnologias, que excluem parcialmente os trabalhadores do campo, substituindo-os por máquinas e expulsando-os do meio rural.

Quanto à paisagem de Santa Flora, os moradores relataram que não houve mudanças significativas nos últimos anos. O fato mais marcante é o movimento de caminhões utilizados no transporte da produção, o qual foi bastante acentuado. Outra transformação da paisagem mencionada pelos moradores foi a instalação da indústria de processamento de arroz, como pode se observar na figura 3 b), assim como o desmatamento das florestas nativas e sua substituição pelas lavouras de soja.

Dos entrevistados no distrito de Santa Flora, 85,7% reclamaram da qualidade das estradas de acesso ao distrito, o que prejudica o escoamento da produção agrícola, como está evidenciado na Figura 3 a). As vias de acesso se configuram como um entrave ao crescimento e desenvolvimento do distrito. Os custos para os agricultores se tornam mais elevados, as estradas estão em precárias condições, tornando mais cara a entrega dos insumos.

Figura 3. Paisagens do distrito de Santa Flora – Santa Maria RS: a) estradas do distrito; b) Indústria de processamento de arroz no distrito.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2012).

Outra questão que merece destaque, lembrada por 14,3% dos entrevistados, é a ausência de jovens no meio rural, pois predomina, no campo, uma população idosa. A mudança nas técnicas empregadas na produção agrícola foi destacada por 21,4% dos entrevistados, já que a maior parte das lavouras do distrito usa o plantio direto⁸, o que teria favorecido a conservação

⁸ O plantio direto é um sistema diferenciado de manejo do solo, visando diminuir o impacto da agricultura e das máquinas agrícolas sobre ele. No sistema tradicional de cultivo, o agricultor faz uma nova aração a cada ano. O solo fica exposto por um longo período, até que a cultura a ser plantada se estabeleça na terra. Depois de arado, o costume é passar a grade e a lâmina niveladora. Assim, o terreno fica todo

do solo. Dos entrevistados, 7,1% relatou que o campo mudou muito e para melhor, há luz elétrica, mais carros, indústria de processamento do arroz, posto de gasolina, entre outros estabelecimentos comerciais e de serviços que atendem a população do distrito.

Na pesquisa de campo realizada, ao perguntar sobre o significado que o campo tem para seus moradores, 50% dos entrevistados relataram que o campo significa tudo, que o campo dá o sustento, é muito importante para a produção dos alimentos e reprodução de suas formas de vida, que gostam muito de lá e que jamais trocariam o campo pela da cidade; 14,3% dos entrevistados que trabalham na Indústria Marzari (beneficiamento do arroz) relataram que o campo é importante para eles, pois é nesse espaço que trabalham e produzem suas vidas. Para os entrevistados, o campo significa a possibilidade de reprodução e sustento, o melhor para morar e para melhorar de vida, pois, hoje, há mais facilidades no campo, mais tranquilidade, ajuda de vizinhos e mais amizades. As relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento ao lugar refletem o apego ao campo.

QUAL É O PAPEL DO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE?

As transformações ocorridas no campo de Santa Maria – RS não estão relacionadas apenas às mudanças ocorridas nos processos produtivos agrícolas. Houve sensível aumento das atividades não agrícolas, antes, predominantemente urbanas, como o turismo, o comércio e a prestação de serviços.

A classe dominante, apoiada pelo aparato do Estado, cria estratégias variadas para extrair a mais-valia com a superexploração do trabalhador e, assim, reestruturar a lógica do capital; sendo, nesse caso, a pluriatividade⁹ uma das alternativas encontrada. Há a necessidade de explorar as potencialidades de cada local, oferecendo, à clientela, produtos cuja qualidade é reconhecida e procurada pela vinculação que possui com a própria localidade.

Contudo, não se pode utilizar o termo pluriatividade sem realizar uma análise de seu verdadeiro significado. Deve-se ir além de sua definição, entendê-lo nas suas entrelinhas a partir da realidade que está por trás dessa forma de organização do trabalho, compreender que a pluriatividade não é apenas a multiplicidade de atividades exercidas pelos trabalhadores rurais, mas também a multiplicidade de estratégias do capital para se reproduzir.

A pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas ideias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas quanto de análise interpretativa, implicando abordagens a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural (LACERDA; MORUZZI MARQUES, 2008, p. 152).

Neste artigo entende-se a pluriatividade como um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER et al., 2006). É um fenômeno que vem modificando as paisagens e as dinâmicas sócio-espaciais via incorporação de novos objetos impostos pelo capital. Como o capital se apropria do espaço de forma desigual ocorre uma diversidade de formas as quais,

[...] dificultam a apreensão do fenômeno da pluriatividade, uma vez que permite que sejam colocados sob o mesmo rótulo as atividades de fabricação artesanal de objetos ou a transformação de produtos voltados ao autoconsumo, as agroindústrias familiares, a prestação de serviços turísticos e/ou ambientais dentro dos estabelecimentos, e o assalariamento fora da propriedade, nos mercados de trabalho industrial ou de serviços, seja este permanente ou sazonal (GAVIOLI, 2012, p. 20).

remexido e frágil. No plantio direto, o preparo do solo acontece uma única vez. Depois, o terreno fica sempre coberto. (MAPA, 2014).

⁹ A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não agrícolas, ou seja, a pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estão inseridas. (SCHNEIDER, 2003, p. 4).

Neste contexto, o fenômeno da pluriatividade se apresenta de forma múltipla e distinta no espaço rural. Para Candioto (2009, p. 3) essa diversidade está relacionada à maior diversidade de atividades agropecuárias, as novas atividades não agrícolas (indústrias, condomínios residenciais, áreas de lazer e turismo), e intensificadas pelas diversas atividades para-agrícolas que agregam valor aos produtos in natura e processados.

As atividades “para-agrícolas” segundo Gavioli (2010), estariam associadas à ocupação em tempo integral no estabelecimento familiar ou em atividades paralelas à agricultura, enquanto que a pluriatividade se associaria à ocupação combinada na agricultura e em outra atividade não agrícola, na indústria, no comércio ou em serviços, sem nenhuma relação com o estabelecimento familiar. Desta forma, as atividades para-agrícolas fortalecem a agricultura familiar e seriam uma das expressões da multifuncionalidade da agricultura, inseridas no contexto econômico. (LACERDA; MORUZZI MARQUES, 2008, p. 13).

Anteriormente, as ocupações não agrícolas eram uma forma complementar de renda, ou seja, uma estratégia acessória em momentos de crise da agricultura. Hoje, seu significado alterou-se, passou a dar maior ênfase a essa alternativa como uma tendência para o setor de serviços, como uma alternativa mais viável para camuflar os problemas no campo.

Do ponto de vista do profissional, parece evidente que, neste novo contexto, a importância que os agricultores assumem no meio rural depende, em grande parte, de duas ordens de fatores: por um lado, sua capacidade de adquirir a competência cada vez mais complexa exigida pela própria atividade agrícola e, por outro, sua capacidade de ocupar os espaços não-agrícolas que se expandem no meio rural. Em consequência, a profissão de agricultor sofre uma profunda transformação, o que constitui um dos maiores desafios, pois implica, na verdade, reconstrução de sua própria identidade profissional. (WANDERLEY, 2000, p. 121).

Nesse aspecto, criar e estimular tais atividades surge como uma forma de manter ocupada uma população desempregada. Isso visto com olhos críticos, conclui-se como uma camuflagem da realidade rural; é encarado pelo poder público como uma forma de reverter as emigrações do campo e também serve de consolo e desvio de atenção da população para exigências de políticas públicas mais abrangentes e eficazes aos pequenos agricultores.

Outro fenômeno presenciado que comprova esse processo é o uso das propriedades apenas como moradia por parte dos filhos dos agricultores familiares, agricultores aposentados e ex-agricultores, o que ocorre porque muitos homens e mulheres do campo resolvem prover o seu sustento e de sua família por meio de serviços prestados na cidade, apenas utilizando as propriedades rurais como moradia.

Para o campo de Santa Maria – RS não se tornar apenas um espaço de segunda residência e residência aos aposentados e jovens, precisa ocorrer uma reconfiguração desse espaço. É necessário tornar o campo mais atrativo, principalmente, aos olhos dos jovens, visto que eles são os que mais o abandonam. Especificamente no distrito de Santa Flora, através da pesquisa de campo, constatou-se que os moradores do campo não concebem o campo como possibilidade ou alternativa de vida e trabalho para os seus filhos e demais jovens.

Nas duas últimas décadas, esses questionamentos continuam presentes no conjunto da sociedade. Em Wanderley (2000), verifica-se que, nas pesquisas atuais sobre a ruralidade¹⁰, há duas perspectivas: de um lado, aquela que encontra cada vez mais indícios do desaparecimento das sociedades rurais e, portanto, a submissão à hegemonia do industrialismo e da urbanização, e, de outro, a perspectiva de que, observando os mesmos processos sociais, constata que o mundo rural não se reduz à homogeneização da sociedade

¹⁰ A ruralidade pode ser entendida desde um ponto de vista funcional, sob o qual os territórios rurais se qualificam como espaços nos quais coexistem e se integram funções econômicas – produção agrícola, artesanato, turismo e lazer, entre outras; ambientais – preservação de recursos naturais, como água e solo, proteção da biodiversidade; e socioculturais – conservação e desenvolvimento de características socioculturais de comunidades locais (LOCATEL, 2004, p. 12).

contemporânea, ao contrário, as particularidades de modos de vida que se adequam a esse espaço social diferenciado.

Quando questionados sobre o que pensavam quanto à nova forma na qual o campo, aos poucos, está se configurando e se isso mudaria a função que o campo exerce na sociedade, 78,5% dos entrevistados relataram que melhoraria a vida das pessoas, pois há mais investimentos na qualidade de vida dos sujeitos que moram nesse lugar. Acrescentaram, ainda, que não cogitam mudar a essência do campo onde vivem, somente haveria a necessidade de proporcionar mais empregos aos jovens, como forma de reverter o êxodo para as cidades.

Contudo, este estudo, tendo como área de abrangência o distrito de Santa Flora, município de Santa Maria – RS, segue a perspectiva que identifica as transformações profundas por que passa a modernidade, mas entende que o rural não se “perde” nesse processo. O rural, na contemporaneidade, adquire outras conotações, como atesta Martins (2000), e cabe aos estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento interpretar e reinterpretar as atividades colocadas e como esses desdobramentos se materializam e se manifestam no espaço geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O despovoamento dos campos em Santa Maria – RS e no distrito de Santa Flora, em particular, é um processo intimamente ligado ao avanço das monoculturas, sobretudo da soja, em um espaço, antes, dominado pela agricultura familiar. As famílias policultoras, envolvidas na produção de milho, fumo, feijão, mandioca, leite, entre outros, “cedem” suas propriedades para os empreendedores do agronegócio, pois não possuem os meios e os capitais necessários à produção da soja. Por sua vez, essa força de trabalho desencadeia a procura de novas oportunidades de trabalho e emprego na área urbana.

Nesse processo, os que permanecem no campo constituem dois grupos distintos: grandes proprietários que valorizam a dimensão econômica da terra, considerando-a oportunidade de negócio ou meio de produção da monocultura, cujo trabalho gerado limita-se ao eventual ou ao altamente qualificado, decorrente da agricultura de precisão. As referências à terra e seu significado ficam restritas ao “lugar onde obtenho a fonte de renda”, e os agricultores familiares resistentes, com propriedades de menores dimensões, muitos dos quais não conseguem garantir o sustento de suas famílias na pouca terra que possuem, o que as políticas públicas não têm conseguido reverter. Cabe, então, a complementação da renda com trabalho esporádico ou o emprego de membros da família em atividades não agrícolas, geralmente, nas áreas urbanas. As atividades não agrícolas também sofreram um incremento, exercendo a importante função de complementação de renda das famílias. As atividades comerciais e industriais alavancadas pela expansão do agronegócio sojeiro é uma das causas que proporcionou esse crescimento, mas também outras atividades contribuíram, tais como o turismo e o lazer.

Além disso, nesse espaço rural “deserto”, algumas áreas tradicionalmente ocupadas por lavouras e criações sofreram uma mudança em seu perfil: deixaram de produzir alimentos e converteram-se em segundas-residências para uma população de origem urbana. Tornaram-se sítios e chácaras de lazer, algumas ocupadas apenas em finais de semana, feriados ou férias, outras, com caráter mais duradouro, ocupadas em temporadas, por uma população de idosos aposentados, em busca de um retorno ao passado ou à procura da natureza e da tranquilidade do campo, na maioria das vezes, mais idílica do que real.

Assim, houve um movimento significativo no espaço rural decorrente da expansão das monoculturas em áreas tradicionalmente ocupadas pela pecuária e até mesmo pela agricultura familiar. A sojicultura apresentou um crescimento vertiginoso nos últimos anos à esteira das mudanças técnicas nos processos produtivos, sobretudo do plantio direto na palha, que incorporou áreas, antes, impróprias ao espaço produtivo. Como resultado dessa expansão, houve a ampliação da infraestrutura necessária ao escoamento, à armazenagem, ao transporte e beneficiamento da produção ou a readequação de antigos equipamentos cuja origem servia a outras atividades, como é o caso dos silos de armazenagem e de beneficiamento. Essas transformações materializam-se na paisagem e incorporam-se ao modo de vida da população do campo. A tranquilidade evocada quando se pensa o campo, ainda presente no imaginário da população rural e lembrada quando se pergunta aos moradores as razões de sua

permanência nesse espaço, está, contraditoriamente, ao lado da dinâmica que os processos produtivos recentes têm causado, como o aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais entre campo e cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **A produção agrícola familiar e os agravantes sócio-ambientais no espaço rural: o caso do município de São Ludgero**. 2000. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BRASIL. Lei n. 8629/93, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos relativos à reforma agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 16 out. 2013.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 10 maio 2014.

CABRAL, L. O. **Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar**. 2004. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CANCELIER, J. W. **A agricultura familiar como agente produtora do espaço rural no município de Chapecó-SC**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

_____. Reflexões sobre a agricultura familiar de Chapecó. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 28, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006, pp. 15-29.

CANDIOTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo. **Anais...** 2009, pp. 1-16.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 1999.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **O celeiro de Santa Maria**. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2015/04/distrito-de-santa-flora-destaca-se-pela-producao-de-68-da-soja-da-cidade-4733896.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

DURHAM, E. R. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, A. D. D.; ZANONI, M. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR. 1998.

GARNIER-BEAUJEU, J. **La Geografia: métodos e perspectivas**. Masson et Cie, 1971.

GAVIOLI, F. R. **As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

GAVIOLI, F. R. Multifuncionalidade da agricultura: concepções e aplicações aos estudos rurais. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 6, n. 1, p. 12-31, 2012.

GRAZIANO, da Silva, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre. Ed. Universidade UFRGS, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2014.

_____. **Censos Agropecuários**. Rio de Janeiro, 2006.

INCRA. **Estrutura Fundiária**. 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 14 out. 2013.

LACERDA, T. F. N.; MORUZZI MARQUES, P. E. Agricultura orgânica, apresentação territorial e reprodução social da agricultura familiar: os agricultores ecologistas da Encosta da Serra Geral em Santa Catarina. **Revista Ruris**, v. 2. Campinas: Ceres-IFCH, p.137-158, 2008.

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar I: **uma realidade multiforme**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

_____. Agricultura Familiar II. **Do mito à realidade**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

LOCATEL, C. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP/FCT, Presidente Prudente, 2004.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p.135-153.

MARTINE, G. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. In: _____. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. São Paulo: Caltex, 1987. p.10-11.

_____. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, Brasília/DF, p. 3-44, 1990.

MARTINS, J. de S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, p. 5-12, out. 2000.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MAPA. Ministério da Agricultura. **Plantio Direto**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/plantio-direto>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, Â. D. D; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 171-195.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, n. 25, p. 15-58, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Dados**. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

RENARD, J. P. La frontière: limite géopolitique majeure mais aussi aire de transition. In: **Limites et discontinuités em geographie**. DIEM/SEDES, 2002. p. 40-66.

ROMEIRO, A. R. **O Modelo Euro-Americano de Modernização Agrícola**. São Paulo. Annablume: FAPESP, 1998.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo. Ed. HUCITEC, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. O novo mapa do mundo: tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos? Caxambu: ANPOCS, 1993. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 17, 1993, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1993.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S., CONTERATO, M.A., KOPPE, L.R., SILVA, C.C. **A pluriatividade e as condições de vida de agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.137-165.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociais e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.